

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DA FAZENDA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 23/02/2026.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2025, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e **semestrais** publicados no mural e site do Município em 21.01.2026 e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

ANEXO 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias.

Conforme a metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF, no cálculo do Resultado Primário são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de investimentos, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

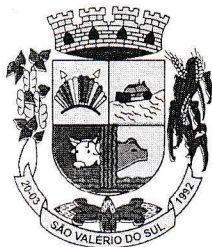
No período de 01.01.2025 a 31.12.2025, o resultado primário sem RPPS o RPPS foi de R\$ 2.552.972,64. Esse valor é R\$553.146,64, **superior** ao valor inicialmente previsto de R\$ 1.999.826,00. O desempenho **favorável** demonstra que as receitas primárias foram **suficientes** para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar **excedentes** para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 216.403,92 no período.

O **superávit** observado deveu-se, principalmente, ao comportamento **< positivo** das receitas primárias - representadas pela arrecadação líquida receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de investimentos temporários e permanentes e ainda as operações intraorçamentárias, efetivaram-se no montante de R\$ 31.143.608,71, correspondendo a 87,64% da meta prevista. O valor verificado foi **superior** às despesas primárias, representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos, que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 25.197.139,61.

Observações:

a) conforme orientação expressa contemplada no item 03.06.01.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN:

a-1) as receitas e despesas intraorçamentárias deverão ser computadas no cálculo do resultado primário;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DA FAZENDA

a-2) deve ser retirado do cálculo as receitas e despesas das fontes do RPPS;

b) também, segundo as orientações do referido Manual, o valor informado na coluna Previsão Atualizada da receita, corresponde a:

Previsão inicial da Receita	R\$ 33.327.400,00
(+) Excesso de arrecadação (inclusive proveniente de auxílios e convênios) utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 1.401.114,22
(+) Produto de operações de crédito não previstas na LOA, utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$
(+)Auxílio/Convênios	R\$ 1.269.486,52
(+)Superávit financeiro exe anterior	R\$ 1.970.317,67
(=) Previsão atualizada da Receita	R\$37.968.318,41

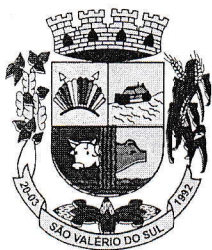
c) **Saldo de exercícios anteriores (campo 7):** o valor no demonstrativo acima se refere aos recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que foram utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como os valores referentes aos créditos especiais reabertos no exercício de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores. Também, pelo mesmo critério, devem ser desconsiderados os restos a pagar pagos durante o exercício, com recursos de superávit financeiro de anos anteriores. Tais valores, que no período de janeiro a 31.12 de 2025, corresponderam a R\$ 1.970.502,66 .

ANEXO 2. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO GLOBAL DA RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, incluídas as operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2025 no montante de R\$ 33.327.400,00 (inicial) e R\$ 37.968.318,41 (Atualizada). A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2025 foi de R\$ 35.782.716,14, tendo sido arrecadado, portanto, 94,24% da meta anual.

Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 37.968.318,41, constante na programação financeira que considerou as reestimativas de receitas, demonstra-se um déficit de 5,76%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado negativo das receitas de capital, que atingiu o percentual de realização equivalente a 71,71 % da programação anual.

O total das Receitas Correntes Consolidadas previstas para o período considerado (janeiro a Dezembro de 2025, de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 37.968.318,41. Os valores realizados corresponderam a R\$ 35.782.716,14, **abaixo** 5,75% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas do FPM e as do ICMS, que figuraram, respectivamente, com 43,28 % e 10,45% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o **bom** desempenho das _Receitas Patrimoniais, que apresentaram variação **positiva** de 178,54% em relação ao previsto para o período, correspondendo a 12,96% do valor projetado para o exercício.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DA FAZENDA

2.1.1 Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias (Receitas Tributárias)
O quadro a seguir demonstra o comportamento da arrecadação das receitas tributárias:

QUADRO 4 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Impostos	1.789.440,86	1.105.452,53	61,77
I P T U	107.766,00	47.736,00	
I R R F	1.379.759,86	798.287,28	
I T B I	150.015,00	184.697,05	123,12
I S S Q N	151.900,00	74.732,00	49,20
Taxas	79.460,00	76.711,70	96,54
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	16.000,00	13.145,29	
Taxas p/ Prestação de Serviços	63.460,00	63.566,41	
Contribuição de Melhorias	23.500,00	57.721,00	245,62
Total das Receitas Tributárias	1.892.400,86	1.239.885,23	65,52

Como se observa, até final do quadrimestre em análise, as receitas tributárias arrecadadas somaram o montante de R\$ 1.239.885,23, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 1.892.400,86, representa uma realização de 65,52 % do valor estimado para o ano.

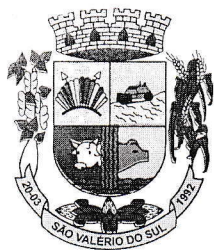
O IPTU arrecadou 44,29% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 107.766,00, tendo sido arrecadados R\$ 47.736,00. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada **negativamente** pela **desatualização** do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 150.015,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 184.697,05, 123,12% do valor previsto para 2025. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representou um **acréscimo** de 73,18 % em relação a igual período do exercício anterior. Arrecadado em 2024 R\$ 106.649,48.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 74.732,00, o que representa 49,20% da previsão. O **mau** desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à **falta de implementação** de uma política de combate à sonegação de impostos, bem como a **atualização** da legislação municipal.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 76.711,70, contra uma projeção de R\$ 79.460,00. Arrecadou-se, portanto, 96,54% da meta anual.

Os ingressos originados da Contribuição de Melhorias acumularam no ano, até o mês de Dezembro, o valor R\$ 57.721,00, correspondendo a 245,62% da previsão anual. As receitas mais expressivas nesse grupo, decorrentes da Contribuição de Melhorias para pavimentação de Obras, registraram uma arrecadação de R\$ 57.721,00 correspondendo a 312 % da projeção anual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DA FAZENDA

2.1.2 Receita de Contribuições

O desempenho das Receitas de Contribuições, que acumularam no ano, até o mês de Dezembro, o valor R\$ 824.079,94, correspondendo a 2,51% da previsão anual. Relativamente aos valores projetados para o período, realizaram 90,40% da meta.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da Contribuição para o RPPS e registraram uma arrecadação de R\$ 813.482,55, correspondendo a 99,88 % da projeção inicial.

QUADRO 5 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Contribuições Sociais	905.100,00	817.565,15	90,33
Contribuições Previdenciárias	905.100,00	813.482,55	99,88
Compensação Previdenciária		4.082,60	
Outras Contribuições Sociais			
Contribuições Econômicas			
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	6.500,00	6.514,79	
Total das Receitas de Contribuições	911.600,00	824.079,94	90,40

2.1.3 Transferências Correntes

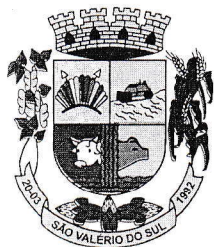
No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que realizou R\$ 15.488.926,50 no período, correspondendo a 40,79% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As Transferências de convênios da União para aplicação em despesas correntes demonstraram um realizado de 40,13% em comparação à projeção para o ano, correspondendo a R\$85.000,00

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 3.738.487,35, ou seja 89,18% da expectativa inicial, que era de R\$ 4.192.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, que sofreu um decréscimo de ____% em relação ao ano anterior e, também, do decréscimo da atividade econômica no Estado.

2.1.4 - Transferências do F U N D E B

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R\$ 2.128.611,59 representando 87,62% da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo fundo com R\$ 4.353.891,26(78,40)% do total previsto para o ano) que corresponde ao montante do FUNDEB efetivamente aplicado para apuração do índice mínimo constitucional da educação (25%), considerando a nova metodologia de cálculo aplicada pela STN e pelo TCE/RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DA FAZENDA

QUADRO 7 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Valores Recebidos do FUNDEB	2.429.269,57	2.128.611,59	87,62
Valores Transferidos para o FUNDEB – 20% (-) dedução das receitas de Impostos e Transferências Constitucionais (montante que será considerado como efetivamente aplicado na apuração do índice mínimo constitucional da educação (25%))	4.510.000,00	4.353.891,26	96,54

Fonte:

2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 71,71% do projetado. A maior previsão e, também, maior frustração verificado (a) nesse grupo ocorreu nas receitas de Alienação, que demonstraram um ingresso de 39,04% diante do projetado, correspondendo a R\$ 436.202,00. Na composição dessa receita, prevalece o item Transferências de Capital, que teve desempenho desfavorável realizando 81,80% do previsto.

QUADRO 8 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Operações de Crédito			
Alienação de Bens	436.202,01	170.300,0	39,04
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital	1.411.940,00	1.155.006,08	81,80
Outras Receitas de Capital			
Total das Receitas de Capital	1.848.142,01	1.325.306,08	71,71

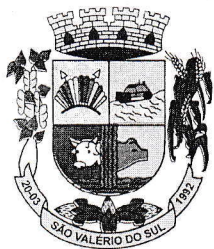
Fonte:

ANEXO 3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO GLOBAL DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, inclusive as operações intraorçamentárias, a Despesa Total liquidada no período de JANEIRO a DEZEMBRO de 2025, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 73,05, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 11.642.236,78.

Esse resultado da execução orçamentária contribuiu para o atingimento das metas fiscais estabelecidas para o período. Em síntese, o total executado das despesas correntes foi de R\$ 26.140.479,36, correspondendo a 68,85% das dotações. As despesas de capital totalizaram R\$ 932.016,88, ou seja, 20,59% do total dos créditos autorizados.

9



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DA FAZENDA

– RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Orçamentária - Arrecadada	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
(1) Receita Total	37.968.318,41	35.782.716,14	94,24
Despesa Orçamentária - Liquidada	Dotação Atualizada (A)	Liquidada no Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	30.203.553,64	25.204.558,07	83,45
Pessoal e Encargos Sociais	16.031.312,21	14.593.573,32	91,03
Juros e Encargos da Dívida	149.600,00	109.261,08	
Outras Despesas Correntes	14.022.641,43	10.505.628,08	
Despesas de Capital	4.525.193,19	932.016,88	20,59
Investimentos	4.181.263,19	824.874,04	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	343.930,00	107.142,84	
Outras Despesas de Capital			
Reserva de Contingência			
(2) Despesa Total	34.986.338,41	26.136.574,95	74,70
Resultado Orçamentário (1-2)		8.849.763,46	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		73,04	

OBS; Não incluído a reserva de contingência

Observações:

a) o valor informado na coluna Previsão Atualizada da receita, segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, corresponde a:

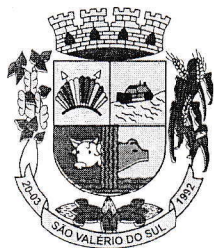
Previsão inicial da Receita	R\$33.327.400,00
(+) Excesso de arrecadação (inclusive proveniente de auxílios e convênios) utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 4.640.918,41
+) SUPERÁVIT FINANCEIRO	
(+) Produto de operações de crédito não previstas na LOA, utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$
(=) Previsão atualizada da Receita	RS37.968.318,41

b) a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a previsão atualizada da despesa, no valor de R\$ 9.646.141,19 corresponde ao montante de recursos do Reserva do do exercício de 2025 que foi indicado para a abertura de créditos adicionais, bem como o montante dos Créditos Especiais reaberto nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição da República.

3.1 – Despesas com Juros e Amortização da Dívida

A liquidação de empenhos de Juros e Encargos da Dívida somaram R\$ 109.261,08, correspondendo a 73,03% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 107.142,84, representaram um desembolso correspondente a 31,15% do total programado.

Nesse aspecto cabe um registro: conforme demonstrado anteriormente, as receitas provenientes das liberações de operações de crédito totalizaram R\$ 0,00, para um valor amortizado de R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DA FAZENDA

107.142,84 e um pagamento de juros de R\$ 109.261,08. Essa ocorrência indica, então, que o Município, além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida.

3.2 – Investimentos Realizados

Os investimentos realizados, foram inferiores ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 4.525.193,19, apresentando uma execução de R\$ 932.016,88. Essa situação decorre do desempenho negativo da receita no período. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

MATERIAL DE TIC	R\$ 1	3.370,58
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS	R\$	71.080,00
EQUIPAMENTOS DE TIC-COMPUTADORES	R\$	18.983,95
MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$	15.180,00
VEÍCULOS DIVERSOS	R\$	312.072,52
(A LIQUIDAR)		
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	R\$	144.936,13
OBRAS EM ANDAMENTO		
CENTRO DE REFERÊNCIA-CRAS	R\$	27.667,20
PAVIMENTAÇÕES –COROADOS	R\$	106.378,47
GRADES UNIDADE SAÚDE INDÍGENA	R\$	17.251,09
CERCAMENTO CEMITÉRIO MUNICIPAL	R\$	149.000,00
GRAMA CAMPO INDÍGENA	R\$	68.087,00

ANEXO 4 E 5- Despesas com Pessoal e Encargos

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 05/2024, do Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais.

DESPESA PESSOAL EXECUTIVO;

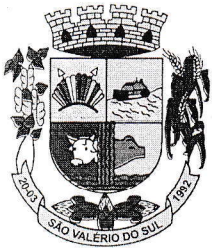
No exercício financeiro de 2025, conforme ANEXO –Demonstrativo da Despesa com Pessoal-Executivo, o ente teve uma despesa de pessoal no valor de R\$ 12.241.674,83, representando uma despesa de pessoal de 44,42% da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme ANEXO 6, estando abaixo do limite máximo de 54% da RCL, e abaixo do limite prudencial da RCL de 51,30%

DESPESA PESSOAL LEGISLATIVO

No exercício financeiro de 2025, conforme ANEXO –Demonstrativo da Despesa com Pessoal-Legislativo, o Poder Legislativo teve uma despesa de pessoal no valor de R\$ 618.598,17, representando uma despesa de pessoal de 2,24% da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme ANEXO 6, estando abaixo do limite máximo de 6,0% da RCL, e abaixo do limite prudencial da RCL de 51,70%.

ANEXO 6- RECEITA CORRENTE LÍQUIDA APURADA referente o exercício financeiro de 2025;

Receita corrente líquida apurada R\$ 27.557.418,75.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 7. RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas pelo critério da empenho da despesa, conforme estabelecido no Anexo I da **Instrução Normativa nº 11/2025**, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 6.428.209,16, o que corresponde a 25,84% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no Quadro 7, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município dispendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 1.620.947,70, o que corresponde a 76,15% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado.

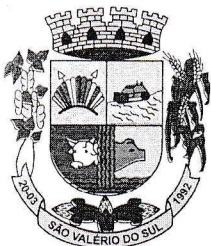
ANEXO 8. RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Tomando como base as despesas empenhadas no período, os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 3.896.053,60, o que corresponde a 17,08% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

7. Análise da Dívida Pública - Resultado Nominal pelo Critério Abaixo da Linha

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal pelo critério abaixo da linha foi de R\$ -4.312.367,12, o qual foi apurado de acordo com a metodologia utilizada pela STN conforme disposição da 15ª edição do MDF para o cálculo do resultado nominal estabelecida no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Por esta metodologia efetua-se a verificação da variação do saldo do endividamento no período, que representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência. Caso o ente federativo não possua dívida consolidada, ou seja, sua DC seja igual a zero, o resultado nominal abaixo da linha será calculado apenas com base na variação dos estoques de disponibilidades financeiras do ente, ou seja, representará a diferença entre o saldo das “DEDUÇÕES” em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao apurado em 31 de dezembro do exercício de referência. Assim, caso o resultado seja negativo = déficit e caso positivo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida consolidada líquida do Município apresenta um saldo inferior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal, evidenciando o atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, consequentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – SECRETARIA DA FAZENDA

**QUADRO 14 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL PELA
METODOLOGIA ABAIXO DA LINHA**

Especificação	Saldo 31/12/ano anterior (A)	Saldo atual (B)	Diferenças (C = A-B)
I – Dívida Pública Consolidada {...} {...} {...}	678.571,44	571.141,05	-107.430,39+
II – Deduções	6.305.726,84	9.585.519,32	3.279.792,48
Disponibilidade de Caixa	6.305.505,45	9.585.519,32	3.279.792,48
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.611.114,84	9.712.026,88	3.100.912,04
Caixa			
Bancos Conta Movimento Bancos			
Conta Aplicação			
(-) Restos a Pagar Processados + Empenhos do Exercício Liquidados a Pagar	32.467,15	79.638,66	47.171,51
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	273.142,24	46.868,90	-226.273,34
(+) Demais Haveres Financeiras	221,39	0,00	
III – Dívida Consolidada Líquida (I – II)	-5.627.155,40	-9.585.519,32	-3.958.363,92

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de R\$ 571.141,05, assim discriminados: Operações de Crédito R\$ 571.141,05, Obrigações Legais e Tributárias R\$ _____, Parcelamentos com o INSS R\$ _____, Parcelamentos do FGTS _____ e outras obrigações no valor de R\$ _____. Comparando-se esse saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve decréscimo da ordem de 15,83%, conforme demonstrativo acima.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20 observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de 2,07 da RCL, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.